

DIREITO E DESENVOLVIMENTO: A INFLUÊNCIA DE UM NOVO PERFIL MERCADOLÓGICO NO COMPORTAMENTO INDIVIDUAL

LAW AND DEVELOPMENT: THE INFLUENCE OF A NEW MARKET PROFILE IN INDIVIDUAL BEHAVIOR

Nathalie de Paula Carvalho
Orides Mezzaroba

RESUMO

A temática proposta procura investigar de que modo o novo perfil mercadológico interfere no comportamento individual frente aos negócios, o consumo, a cidadania e, principalmente, o respeito aos direitos humanos. Assim, serão abordados os contornos de um fenômeno que se desenvolve há algumas décadas: a passagem da economia capitalista que convivia com a Democracia para a economia capitalista que comanda a Democracia (ou qualquer outro regime de governo), denominado de (neo)liberalismo. Nesse sentido, esse projeto de implementação econômica e social evidencia as diversas posições que cada indivíduo assume no supercapitalismo. Por vezes, uma das personalidades inviabiliza a outra, mas este é, nesta oportunidade, o maior desafio: a busca do equilíbrio. Nessa ordem de ideias, através de suficiente amparo doutrinário, especialmente as teses defendidas por Robert Reich, embasam-se certos comentários ao modo como a sociedade vem se adaptando ou vem simplesmente aceitando o que o supercapitalismo impõe. Com uma postura analítica e, logicamente, crítica, buscar-se-á compor um catálogo de medidas de proteção da cidadania ativa contra o sufocamento ditado pelas atitudes econômicas desmedidas. Demonstrar-se-á que é necessário tomar ciência da situação e não deixar fugir a oportunidade – ainda existente – de mudar o rumo da história.

PALAVRAS-CHAVE: *Supercapitalismo. Economia neoliberal. Democracia. Cidadania ativa.*

ABSTRACT

The subject proposal seeks to investigate how the new market profile affects the individual behavior in the face of business, consumption, citizenship, and especially respect for human rights. Thus, we discuss the contours of a phenomenon that develops a few decades ago: the passage of the capitalist economy that lived with the democracy for the capitalist economy that drives democracy (or any other system of government), called (neo) liberalism. Thus, this implementation project economic and social highlights the different positions that each individual takes in Supercapitalism. Sometimes, one prevents the other personalities, but this is, this time, the greatest challenge: the search for balance. In this vein, by sufficient support doctrine, especially the theses defended by Robert Reich, to underlie some comments on how society has adapted or has simply accepting what Supercapitalism imposes. With an analytical approach and, of course, critical look will make a catalog of measures for protection against suffocation active citizenship dictated by economic attitudes unreasonable. It will show that it is necessary to take notice of the situation and not let the opportunity escape - still existing - to change the course of history.

KEYWORDS: *Supercapitalism. Neoliberal economics. Democracy. Active citizenship.*

INTRODUÇÃO

De uma maneira ou de outra, qualquer indivíduo se insere num processo econômico quando compra, vende, troca, empresta, aluga, doa, recebe, enfim, quando realiza qualquer ato negocial. Nesse ponto, não há quem não esteja à margem do sistema econômico.

A propósito disso, os processos econômicos do mundo contemporâneo não se restringem a limites territoriais e, portanto, qualquer indivíduo de hoje é um ator econômico integrado à economia de todo o planeta. Assim, a repercussão de uma prática, por mais simples que pareça, já não se exaure num encadeamento de eventos simples. Já se demonstrou que, matematicamente, que sucessões de irrelevantes atos econômicos podem redundar em maremotos financeiros. Carlos Siffert (2011, *on line*) discorre a respeito:

Da previsão do tempo ao mercado de ações, das colônias de cupins à Internet, a constatação de que mudanças diminutas podem acarretar desvios radicais no comportamento de um sistema veio reforçar a nova visão probabilística da física. O comportamento de sistemas físicos, mesmo os relativamente simples, é imprevisível. (...) Mas a segunda constatação é ainda mais estranha: há padrões, regularidades por trás do comportamento aleatório dos sistemas físicos mais complexos, como a atmosfera ou o mar.

Com esse paradigma assentado, a economia compreendeu que a participação de um ator econômico, por menor monta que tivesse, representaria uma propulsão geral das riquezas circulantes ou, em termos vulgares, o bolo econômico cresceria à medida que todos os nichos negociais se aglutinassem. E então, como num holograma, um ponto isolado passou a não representar quase nada, mas a união das suas extremidades é condição essencial à formação do todo. No léxico político e econômico, começou-se a tratar essa integração irrestrita sob o título de *globalização*, que segundo Mario Napoleón Pacheco (2005, p.223):

(...) significa o aumento constante das transações internacionais de bens, capitais e serviços, com base na extensão de um processo mundial de liberalização do comércio exterior, nos movimentos internacionais de capitais, assim como no irrefreável e acelerado processo de avanço tecnológico, que permitiu, entre outros aspectos, flexibilizar os sistemas de produção no âmbito mundial. O efeito é uma maior integração econômica e financeira das economias, de modo que o mundo funcione como um mercado global.

Partindo-se, novamente, da primeira frase, note-se que não foi preciso qualificar a economia moderna, globalizada, com o reiterado adjetivo que recebe: *neoliberal*. O próprio exaurimento do modelo iluminista-cientificista de explicação da realidade, denunciado por exemplo pela Teoria Crítica Social (Escola de Frankfurt), já pressentiu que todos os modelos e mecanismos criados para a nova compreensão da realidade são novos modelos e novos mecanismos, ganhando apenas novos e adequados nomes.

Dessa forma, o liberalismo econômico, que dominou os séculos XVIII e XIX, com ideias de prosperidade econômica e acumulação de riquezas sem regulação estatal, fora substituído, gradualmente, nos séculos XX e XXI, por um *neoliberalismo*. Desta vez, um movimento que tem como ideário não ter ideário definido e, assim, adaptar-se a todos os sistemas internos de cada região do planeta. Paulo Bonavides (2004, p.19) consigna sua preocupação com o novo modelo:

Com efeito, a globalização imprime às nações rumos políticos cuja percepção, anteriormente, fora impossível alcançar, até mesmo pelos mais argutos e percucientes analistas da economia, da política internacional e da competição ideológica. De tal sorte que, verificada a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, instalou-se a crise do socialismo e uma suposta neutralidade do campo ideológico, a qual vem sendo exibida, com ares triunfais, pelo capitalismo e sua recente ideologia “sem ideologia”, cifrada no neoliberalismo da globalização.

Com a adoção espontânea das práticas *neoliberais* ou com a imposição delas, por intermédio das economias centrais do capitalismo, todas as estruturas econômicas do mundo se imbricaram de uma tal forma, a não existir mais empresas de um país apenas ou bolsas de valores de uma comunidade econômica restrita e, enfim, cidadãos que não sofram o influxo da macroeconomia mundial em seu cotidiano.

No entanto, há uma nota distintiva no novo liberalismo, que certamente dificultará seu eventual crepúsculo. Em meados dos séculos XVIII, o liberalismo clássico contava com um suporte ideológico de que a economia conseguiria, através da liberdade de se auto-regular, o enriquecimento de todas as nações. Contudo, hoje, o novo liberalismo

não precisa de promessas: trabalha adequando-se a metas e possibilidades. É o interesse de crescimento de cada concorrente do sistema que fica, constantemente, em ação.

O desafio que se lançou, neste caso, foi às novas formas de organização econômica (e social), para encontrar falhas num capitalismo que se fluidifica de acordo com as necessidades de cada momento e utiliza todos os instrumentos possíveis para continuar prevalecendo.

O contexto da crise que afetou primeiramente o setor imobiliário e creditício dos Estados Unidos, continua, até então, assolando todos os setores de todas as economias planetárias, demonstrando, a despeito de ser um momento complicado para o capitalismo, a dificuldade em se derrubar as práticas *neoliberais*.

Por conta dessas características, doutrinadores como Robert Reich delinearão os contornos do que se pode apelidar, agora, de *supercapitalismo*, *neocapitalismo* ou *capitalismo 3.0*, isto é, um sistema que, em essência, continua capitalista, mas, em suas margens, conta com poderes ampliados, parecendo mesmo invencível.

As laudas seguintes procuram situar a cidadania, nesse *supercapitalismo*, afinal, se a plenipotência do sistema, de fato, existir, há que se questionar quais papéis restam ao cidadão e, principalmente, de que modo a consciência de que as partes, por ínfimas que pareçam, formam o todo, pode resultar numa prevalência da cidadania, resgatando-se a proatividade social em face das usurpações e dos sufocamentos das práticas econômicas supercapitalistas.

1 O NOVO PERFIL MERCADOLÓGICO

A par do contexto que há pouco se introduziu, é necessário frisar que o sistema capitalista, por quaisquer das formas que já assumiu ao longo da história, foi e é marcado por duelos, que tanto podem ser examinados isoladamente, quanto podem ser analisados

uns a partir dos outros, transparecendo, assim, seu caráter de nascedouro infinito de contradições e, ao mesmo tempo, de solucionador incansável dessas mesmas contradições.

De logo, o conflito que mais interessa a esta análise é entre o capitalismo e a democracia. Isto é, o quanto a livre atuação econômica invade a seara política, tanto dos representantes eleitos como, de resto, de todos os cidadãos. Deve-se supor quanto o capitalismo, propositalmente, cadencia a educação e a participação política de todos os cidadãos.

Não menos relevante é o embate entre o *capitalismo democrático* (praticado em conjugação com a democracia, como em quase todos os países atuais) e o *capitalismo autoritário* (que convive com um regime ditatorial de governo ou, ao menos, com algum regime menos estável quanto às ideias e aos procedimentos democráticos, tal o exemplo da China). (ARIGHI, 2008).

Nesse tipo de dilema, transparece, em uma análise precipitada e superficial, a falta de ideologia do supercapitalismo, que se criticou à guisa de introdução, tendo em vista a compreensão de que as tendências de afirmação do sistema econômico deveriam ser aliadas do regime político típico do Estado Democrático de Direito (a Democracia). O supercapitalismo se aproxima, e com a mesma intensidade, de regimes que inibam a participação popular e que cerceiem liberdades públicas, desde que a economia permaneça sem amarras.

E, nessa mesma batalha, corre paralelo o *socialismo*, que não mais procura se estabelecer, pelo menos da maneira como esquematizada por Karl Marx, tendo em vista que, até aqui, estas experiências nunca refletiram, categórica e razoavelmente, os ideias do movimento socialista científico, descendo sempre a totalitarismos. Agora está-se diante do movimento neomarxista, sem uma voz influente no plano prático, mas pelo menos presente.

Nesse último ponto da reflexão, também as teses – aparentemente – contrárias de *desenvolvimento social* e de *desenvolvimento econômico* procuram se reconhecer como complementares. A doutrina começa a pontificar o elo da possibilidade de expandir a economia e, a um só tempo, incrementar o lado social de uma dada comunidade.

Por fim, o dilema do capitalismo que se tornou, porque deu marcas (ou ameaças) concretas e assustadoras, o mais caro da contemporaneidade: o *crescimento econômico* contra o *meio ambiente*. A questão ambiental, já se observou, é delicada na medida em que é intangível, inegociável.

De sorte que, caso se atente apenas para o desenfreado crescimento econômico, avançando sobre o meio ambiente – como se fez até hoje – haverá um preço nada módico a se pagar. Assim, milhares de ecossistemas e de vidas humanas estão a depender de como o *supercapitalismo* vai atentar para a proteção dos princípios ambientais.

Em suma, constata-se que todos os antagonismos de interesses correspondem, na verdade, aos anseios das pessoas em sua condição de investidoras, de consumidoras e, no lado oposto da guerra hermenêutica, os almejos dessas mesmas pessoas, em sua condição de cidadãs.

2 O CAMINHO NEOLIBERAL

Como o processo de surgimento do *supercapitalismo* é visto em tons mais fortes na história econômica norte-americana, as próximas linhas perpassam alguns momentos dessa nação, dos fins do século XVIII, quando se torna independente econômica e politicamente, até atingir o ponto culminante de centro econômico mundial, graças à disseminação de diversas práticas que lá tiveram início. Como leciona Celso Furtado (2003, p. 14):

Os Estados Unidos se diferenciam de qualquer outra nação moderna pelo fato de sua formação histórica ter se realizado em condições ideais de segurança externa. Até meados do século XX, afirma um dos mais lúcidos analistas da política externa dos Estados Unidos [George Kennan], os norte-americanos

tinham um sentido de segurança face ao mundo exterior que nenhum outro povo havia experimentado desde a época dos romanos.

Foi com o financiamento desses e de outros empreendedores que se desencadeou essa torrente de invenções. Com elas, os custos se diluíram na produção em série, reduzindo os preços. Os volumes de fabricação multiplicaram-se por vinte, as redes de ferrovias e de telégrafo se expandiram, os meios de transporte e comunicação rápidos e confiáveis começaram a trazer matérias-primas de todo o território nacional e a levar produtos manufaturados. Ora, os indivíduos dos fins do séc. XIX, início do séc. XX, mal sabiam das suas próprias responsabilidades quando inseridos no sistema social e político, ou sua importância, no âmbito econômico.

Assim, por certo, formou-se um alto nível de prosperidade financeira, porém, em processo concomitante, e em consequência da industrialização aquecida, houve fábricas desumanas (com exploração do trabalho feminino e infantil), condições inseguras de trabalho e moradia, ambiente laboral inóspito e, particularmente, houve monopolização de parcelas do mercado.

Com a regulação da economia, antes uma forma de trazer eficiência e de controlar os monopólios que poderiam se formar em cada setor, do que um meio de trazer prejuízo às empresas, as estatísticas continuaram crescendo. Logicamente, houve depressões econômicas, todavia nenhum abalo ao rumo triunfante de ascensão das companhias que haviam se formado. A essa altura, os Executivos das empresas começaram a ganhar notoriedade, um apelo público tão forte que começaram a se considerar *estadistas empresariais*.

Desse modo, apontam-se diferentes fatores convergentes, tanto no cenário interno americano, como na ambiência internacional, a saber: (a) A inflação galopante enfrentada pelos Estados Unidos, como resultado do *new american way of life*, em fins da década de 1970; (b) o corte de impostos proporcionado pelo governo Ronald Reagan (em 1981), que gera expansão de investimentos; (c) a desregulamentação geral da economia,

com a perda do poder das agências, a extinção de algumas delas ou a captura de seus chefes por determinados setores econômicos, mormente a partir de 1980; (d) a Globalização, propiciada, em particular, pela tecnologia; (e) a ganância das empresas, em vista da conjuntura econômica favorável?; (f) Diversos teóricos contemporâneos que pareciam ressuscitar as ideias de Adam Smith, como Milton Friedman, Friedrich Hayek, Robert Mundell e Alan Greenspan; (g) a corrupção política (emblemática no caso *Watergate*, durante o governo Richard Nixon); (h) o já citado declínio da vida cívica, enfim, são algumas das direções para as quais rumaram as respostas sobre o surgimento do *supercapitalismo*.

Segundo Robert Reich (2008, p. 50) “tudo isso é tolice”. A verdadeira explicação advém do modo como a tecnologia criou condições para que consumidores e investidores tivessem oportunidades cada vez melhores, retirando do sistema econômico a igualdade e a estabilidade relativas até então existentes, além de certos valores sociais disseminados. Robert Reich aponta solução mais ligada à própria economia, do que a fatores externos.

Nesse sentido é que Reich, entre outros, crê na tecnologia como diferencial da ascensão de uma nova forma de capitalismo. Porém, não se pode olvidar que a desregulamentação da economia (doutrina de livre mercado e práticas dos governos Ronald Reagan e Margaret Thatcher, prioritariamente) foi fator marcante para que as empresas tivessem liberdade de atuação.

O resultado dessa iniciativa privada sem limitações é conhecido. E, quando não conseguiram se adaptar aos novos ventos, houve falência e/ou concordata de grandes empresas, o que esmagou ainda a classe média. Se a acomodação do processo foi atribulada, mesmo em seu berço, imagine-se nos países periféricos do sistema capitalista.

3 A MULTIPLICIDADE DE PERSONALIDADES ASSUMIDAS PELO INDIVÍDUO

Nesse ambiente de práticas *neoliberais*, de iniciativa privada com atuação livre, cada indivíduo é consumidor e investidor, por um lado, e é cidadão, por outro. O que se narrou, antes, sobre a América Latina, também ocorre, pelas naturais contradições capitalistas, nos países centrais.

Eis o cenário: trabalhadores mal remunerados, instabilidade de empregos, tripúdio dos direitos humanos, desaparecimento das comunidades, destruição do meio ambiente e embrutecimento da cultura (indústria do entretenimento escolhe temas sobre sexo e violência), são as mais comuns consequências do sistema, que afetam o perfil cidadão.

Resta, nesse entrevero, saber se há disposição da silhueta consumerista em suportar aquela falta de proteção às comunidades, à moralidade e ao meio ambiente, pois são preços e custos, também, embutidos nas transações que se realizam cotidianamente. No fundo, os lindes ideológicos de cada governo já não importam mais, pois, cedo ou tarde, irão se render às opções *neocapitalistas*, no instante em que estes interesses entrem em jogo e, eventualmente, colidam com os interesses dos governos.

Jamais irá terminar o interesse por uma mina de ouro a céu aberto, caso o negócio continue proveitoso e haja meios lícitos – ainda que colaterais – de se investir nele. A democracia, o lado cidadão da personalidade, tem de determinar esse campo de licitude. O problema é que, nessa atividade, fecham-se portas para nossos ganhos enquanto investidores.

As empresas, como se consignou, agem nas regras que o jogo democrático estrutura. É necessário, portanto, rediscutir e mudar tais regras – as leis. Uma ideologia superadora do capitalismo parece não ter mais chances, no mundo atual. Como se registrou, ainda na introdução, o capitalismo se fluidifica e pode, muito bem, ganhar vertentes sociais,

caso seja essa a condição de sua sobrevivência. Por isso ali também se avisou do intrincado desafio de vencer o capitalismo.

O que se propõem, por exemplo, é a possibilidade concreta de uma ética do consumo, uma consciência capaz de determinar o futuro que se quer, socialmente, ainda que, ao mesmo tempo, se tenha de renunciar a um futuro mais promissor, economicamente. É compreensível que a problematização da democracia é algo muito mais complexo que o simples atendimento do impulso de consumir, já culturalmente condicionado, por isso, tão fácil a irresponsabilidade nos investimentos e no consumo e tão enleadas as atitudes democráticas mais razoáveis. Todavia, em algum momento histórico a cultura precisa recondicionar seus indivíduos a encontrar o equacionamento da questão.

A irresponsabilidade social empresarial e o meio ambiente, por exemplo, não combinam. E este já está cobrando o valor devido. Nessa ordem de ideias, o compromisso da cidadania ativa atual é reformar a legislação, adequando-a às novas demandas ou criando leis, que promovam certos comportamentos econômicos e desestimulem outros, considerados socialmente nocivos.

4 UMA DEMOCRACIA IMPOTENTE

O *supercapitalismo*, como já afirmado, fez surgir novos concorrentes, em condições semelhantes para tomar determinadas fatias do mercado, que, tempos atrás, eram repartidas por duas ou três empresas. É patente que as corporações, por terem perdido espaço econômico, voltaram-se para o espaço político, influenciando/determinando a elaboração das leis e regulamentos. Nessa lógica simplória se resume um dos mais consideráveis avanços da democracia. Norberto Bobbio (2006, p. 117-118) alerta para a necessidade de, finalmente, se tentar uma teoria sobre isso, que apelidou de “subgoverno”:

Onde o Estado assumiu a tarefa de governar a economia, a classe política exerce o poder não mais apenas através das formas tradicionais da lei, do decreto legislativo, dos vários tipos de atos administrativos (...), mas também através da gestão dos grandes centros de poder econômico (bancos, indústrias estatais, indústrias subvencionadas etc.), da qual acima de tudo extrai os meios de

subsistência dos aparatos dos partidos, dos aparatos dos quais por sua vez extrai, através das eleições, a própria legitimação para governar. Diferentemente do Poder Legislativo e do Poder Executivo tradicional, o governo da economia pertence em grande parte à esfera do poder invisível, na medida em que se subtrai (se não formalmente, ao menos substancialmente) ao controle democrático e ao controle jurisdicional.

Estes seriam usuais procedimentos de comando da política, por parte da economia, num âmbito interno. Nada obstante, o processo se repete, em espaço internacional, pois, demais se repetiu nesta pesquisa, ao *neocapitalismo* não é autorizado perder oportunidades concorrenciais – e nessa busca incessante de vencer mercados, os órgãos supranacionais também precisam ser cooptados.

Quanto mais quando se inclina à análise dessa oclusão nas democracias vertidas em economias periféricas. Tem-se, empiricamente, de constatar que algumas afirmações quanto à investida da economia sobre os procedimentos democráticos, como as eleições de tais ou quais candidatos, ou a vitória deste ou daquele partido político, merecem ressalvas.

Isto porque o próprio sistema capitalista interno é subjugado, não portando vontades e investimentos absolutamente independentes dos sistemas capitalistas do Norte global. Guillermo O'Donnell (1990, p. 36), constatando a espécie de sociedade capitalista gerada em países como o Brasil e a Argentina aponta:

Disto resultou uma sociedade capitalista cujas características a definem como um original produto histórico. **É um capitalismo dependente, porque o seu funcionamento “normal” entranha um decisivo papel do capital transnacional** e porque a acumulação no seu mercado não se encerra aí, sendo uma torneira aberta para os grandes centros do capitalismo mundial.

Dessa maneira, os grilhões que amarram as democracias do Sul global são ainda mais fortes que aqueles que aprisionam as de economias desenvolvidas. Nestas, basta a tomada de consciência da personalidade cidadã, o desenvolvimento de uma eticidade no consumo e no investimento, que o problema já resta resolvido. Na mesma órbita de indagação, Celso Furtado (2003, p. 209):

Além do mais, existe a questão da autonomia e da coerência do sistema de decisões econômicas. Se umas poucas dezenas de grupos estrangeiros controlam,

por suas filiais, grande parte do setor moderno da economia do país, que grau de autonomia corresponde aos centros nacionais de decisão?

Com todo o exposto, urge que as questões do dia-a-dia, que raramente são conectadas a esses raciocínios macropolíticos e macroeconômicos, pela maioria da população, sejam, finalmente, entendidas, por esse mesmo público. A massa popular prefere achar que os empresários são imorais ou malvados, ou, mesmo, que os políticos são pessoas sem escrúpulos, todos são corruptos e levianos, em vez de interpretar, corretamente, que é seu próprio dinheiro (o dinheiro de todos nós), enquanto investidor, que está sendo posto no jogo político. E essa posição que o dinheiro toma é, precisamente, para render maiores lucros para nós mesmos, num futuro de um rendimento qualquer.

Entretanto, compreendendo a situação, passa-se a um segundo passo: não aceitar mais que aconteça. O capital deve ser direcionado a investimentos responsáveis, assim chamados por respeitar a condição democrática e livre da sociedade, além de respeitar uma série de outros postulados, como o meio ambiente. Esse direcionamento é dado pelo dono da reserva financeira, alguém que é – também e necessariamente – cidadão.

Em suma, as vozes dos indivíduos, enquanto cidadãos, por escolha deles próprios – tomando consciência e vencendo a conjuntura em que são inseridos – deve erguer-se acima das pressões por lucro, que as suas máscaras de investidores e consumidores querem forçar. A “responsabilidade social das empresas” é mera estratégia publicitária, que não se deve esperar acontecer, na prática.

5 SUGESTÕES PARA ORIENTAR A CIDADANIA NO SUPERCAPITALISMO

A democracia é o veículo competente para reagir às consequências sociais nocivas de todo o processo *neoliberalizante* que se delineou nestas páginas. Não se versa aqui uma democracia meramente instrumental, em que apenas os procedimentos típicos de uma escolha de representantes são garantidos, mas sim uma democracia participativa e deliberativa.

A Democracia, nessa concepção, é muito mais que votar. É se interessar pelos processos públicos de tomada de decisões; fiscalizar os gestores públicos, exigir preparação técnica (cursos de aperfeiçoamento, reciclagem etc.) para os agentes públicos; acionar o Poder Judiciário, dentre outras atitudes possíveis.

A propósito se haveria dificuldade em se implantar a democracia direta, no mundo contemporâneo, ao menos a estrutura dos Poderes deve se adequar a novas formas de participação, por parte dos cidadãos. A sociedade pode, inclusive, com as próprias forças (cosmopolitismos insurgentes, como pontifica Boaventura de Sousa Santos), encetar empreendimentos que se assemelham a empresas, mas com outras finalidades: arte, cultura, solidariedade, filantropia, religião etc., enfim, elementos que atenuem a busca por lucro e por acumulação.

É imperioso compreender, além dessa proatividade cidadã, que as empresas fazem a parte delas (crescer o bolo econômico, seja de que forma for), a sociedade é que tem de fazer a sua (decidir o quanto o bolo pode crescer e como será fatiado). A reforma das leis comprometida com os interesses sociais (uma reforma genuinamente interessada em diluir os problemas da democracia) somente ocorrerá – se e – quando a maioria dos cidadãos o exigir.

A mídia, nesse processo, deve ser transformada, também. A responsabilidade e a ética na informação são fundamentais. Como na “sociedade de massas”, a opinião pública tornou-se o editorial do grande jornal, faz-se imprescindível que o grande jornal canalize, honestamente, o anseio cidadão. Além disso, não se deve antropomorfizar as empresas e o mercado. Dizer que o mercado é temperamental, é receoso, é apreensivo, é seguro ou está adormecido, ou, ainda, que a corporação é agressiva, é corruptível, é responsável, é engajada politicamente, é atribuir existência humana a empreendimentos.

A existência objetiva do mercado ou de uma empresa é dado fático, inegável, muito embora não se possa querer qualificá-los como seres filosoficamente auto-

conscientes. A responsabilidade é sempre nossa (dos indivíduos: dos cidadãos, dos consumidores e dos acionistas). E querer transferi-la às pessoas jurídicas e ao mercado é fugir do problema.

CONCLUSÃO

Não de repente, o *neoliberalismo*, um conjunto de práticas econômicas que preza a desregulamentação estatal, espalhou-se pelo mundo inteiro (fenômeno da globalização), como novo discurso hegemônico do capitalismo. Depois, a tecnologia, a todo instante mais avançada, dispôs-se a serviço dessa mudança. Na junção, o antigo capitalismo (desafiável pelo socialismo, por exemplo) tornou-se um *supercapitalismo*, que até agora parece mesmo invencível, porque é ultra-adaptável.

Entretanto, esse *supercapitalismo* alastrou-se também pela democracia, submergindo os procedimentos de participação cidadã, em nome de mandamentos escritos pelas grandes empresas. Nesse instante, iniciam-se inúmeros dilemas, especialmente o de compreender que a metade consumidora e investidora, que sustenta o novo capitalismo, se inteira com outra metade, cidadã e preocupada com os rumos tomados pelas leis e pela democracia.

O exame realizado a partir desta breve pesquisa buscou, através de certos parâmetros doutrinários, criticar a condução irresponsável do modelo *neocapitalista*, indicando que a cidadania ativa deve tomar a dianteira do processo político e econômico mundial, em prol de uma ética no consumo e nos investimentos e, para além, em prol de uma ética na inauguração de espaços públicos constantes de discussão democrática, posicionando cada sistema em seu lugar: a economia junto aos consumidores responsáveis e a política próxima dos cidadãos comprometidos.

Essa dualidade na participação, enquanto capitalistas e cidadãos de uma democracia ao mesmo tempo, precisa, inicialmente, ser compreendida por toda a sociedade,

para, só então, decidir-se qual dos lados deve predominar. Nestas laudas defendeu-se que a democracia é que deve pautar o capitalismo. Nas raias da vida real tem-se o inverso.

REFERÊNCIAS

ARIGHI, Giovani. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do século XX**. São Paulo: Fundamento educacional, 2008.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BONAVIDES, Paulo. **Do país constitucional ao país neocolonial: a derrubada da Constituição e a recolonização pelo golpe de Estado institucional**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. COELHO, Inocêncio Mártires. MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BURDEAU, Georges. **O Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CREVELD, Martin van. **Ascensão e declínio do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DINIZ, Márcio Augusto Vasconcelos. **Constituição e Hermenêutica Constitucional**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

HOFMEISTER, Wilhelm (org.). **Política Social Internacional**. Tradução: Jutta Gruetzmacher et al. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2005.

O'DONNELL, Guillermo. **Análise do autoritarismo burocrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

PACHECO, Mario Napoleón. As formas de cooperação internacional entre europeus, latino-americanos e norte-americanos em prol de uma ordem internacional mais justa. In: HOFMEISTER, Wilhelm (Org.). **Política Social Internacional**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2005.

PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

REICH, Robert B. **Supercapitalismo. Como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano.** Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2008.

SARMENTO, Daniel et al. (coord.). **Igualdade, diferença e Direitos Humanos.** Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

SIFFERT, Carlos. **Teoria do Caos e Complexidade.** Disponível em <http://www.orion.med.br/misc23.htm>. Acesso em 08 nov. 2011.